



## Sindicato dos Vigilantes do DF denuncia que vigilantes foram substituídos por presidiários

Caso ocorreu no Hospital Regional de Ceilândia, onde presidiários ocupavam postos de vigilância. PF foi acionada para verificar a denúncia



Vigilantes continuam com paralisação nesta terça-feira (11)

Com a greve dos vigilantes que atuam na segurança dos hospitais públicos do Distrito Federal a partir desta segunda-feira (10), internos do Centro de Progressão Penitenciária (CPP) estão sendo usados para suprir a ausência dos profissionais, segundo denúncia do Sindicato dos Vigilantes do DF. Um dos casos foi flagrado no Hospital Regional de Ceilândia (HRC) nesta segunda-feira (10/10), quando quatro presos ocupavam um posto de vigilante na entrada de funcionários da unidade.

De acordo com a denúncia do sindicato, existe um contrato de prestação de serviços firmado

entre a Secretaria de Saúde e a Fundação Nacional de Amparo ao Preso (Funap). A fundação cede internos do regime semiaberto para desempenharem trabalho de manutenção nos hospitais. No entanto, os presos acabaram desviados para uma função irregular.

“A situação foi denunciada à Polícia Federal, que esteve por volta das 14h30 no HRC. Os detentos foram afastados do posto de vigilância, mas, por volta das 15h30, dois deles já tinham voltado à atividade irregular”, informou Gilmar Rodrigues, um dos diretores do sindicato.

Segundo outro diretor, José Maria de Oliveira,

um dos detentos foi flagrado sentado na entrada que fiscaliza a passagem dos funcionários que chegam ao HRC. Antes da greve decretada pela categoria, o posto era ocupado por um vigilante devidamente registrado pela Polícia Federal, órgão que regulamenta a profissão.

Outro diretor do sindicato, Manoel Pereira Batista, esteve no HRC e também verificou que havia internos do sistema penitenciário trabalhando no lugar dos vigilantes. “Isso é crime”, protestou. O sindicato levou a denúncia à Delegacia de Controle de Segurança Privada (Delesp), da Polícia Federal.

### Treinamento

O deputado distrital e diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Chico Vigilante (PT), também ficou sabendo dos casos e informou que o desvio de internos para a função de vigilantes fere todas as leis que regulamentam a profissão. “Esses vigilantes são treinados, preparados e passam por um rigoroso controle feito pela PF. Não podemos pegar qualquer pessoa e colocá-la para exercer esse trabalho”, afirmou.

Procurada, a assessoria de imprensa da Funap informou que não há reeducandos ocupando o posto e desempenhando os serviços prestados pelos vigilantes em nenhuma unidade de saúde do DF.

Já o GDF informou, por meio de nota, que “a diretoria administrativa da Região de Saúde Oeste esclarece que não há presidiários fazendo a vigilância do Hospital Regional de Ceilândia. O prestador de serviço conveniado da Funap ficou no portão do estacionamento de servidores, acionando a cancela, no período da manhã. Ele não estava em contato com as dependências do hospital”.

Ainda de acordo com o governo, “agentes da Polícia Federal estiveram no HRC averiguando a denúncia e constataram que o apenado não estava fazendo serviço de segurança ou vigilância. Ele trabalha no Núcleo de Hotelaria do HRC”.

### População prejudicada

Nesta segunda-feira (10), o serralheiro Eduardo Gomes, 47 anos, que sofre de diabetes, foi a um posto de saúde em Ceilândia. Quando chegou ao local, descobriu que a unidade não funcionaria por falta de segurança. “Fui informado que o posto estaria fechado e me aconselharam a procurar o hospital mais próximo”, reclamou.

Além dos vigilantes, profissionais da limpeza de hospitais, unidades de pronto atendimento (UPAs) e postos de saúde do DF entraram em greve nesta segunda (10). Eles não receberam o salário no 5º dia útil do mês nem o tíquete-alimentação. Contratados pelas empresas Confederal, Brasília e Ipanema, os vigilantes somam 2,7 mil empregados. Na área de limpeza, são cerca de 1 mil. A alegação das empresas é que o Governo do Distrito Federal não repassou a verba para o pagamento.

Não são apenas os terceirizados que sofrem com a falta de dinheiro. Na manhã da última sexta-feira, servidores do governo local protestaram na Praça do Buriti por não terem recebido a última parcela do reajuste salarial acertado ainda no governo de Agnelo Queiroz (PT) às 32 categorias do funcionalismo local. Eles pararam por 24 horas e prometem fazer nova paralisação e assembleia em 26 de outubro. Caso o GDF não cumpra o acordo até a data do encontro, os trabalhadores cogitam deflagrar uma greve geral.

Fonte: Metrôpoles



# Sindicato dos Vigilantes de Barueri realiza 2ª Festa da Saúde Bucal no mês das crianças



O Sindicato dos Vigilantes de Barueri prioriza a realização de ações e disponibilidade de benefícios visando à melhoria da saúde da categoria. Com isso, no próximo sábado, dia 15 de outubro, a entidade promoverá a Festa da Saúde Bucal, no mês em que se comemora o Dia das Crianças, voltada a filhos de vigilantes,

sócios ou não sócios, do município de Barueri.

O evento tem a missão de incentivar os jovens a cultivarem o hábito de cuidar da saúde bucal desde cedo, tendo em vista a preservação de um sorriso sempre saudável.

A Festa, que está em sua segunda edição, começa a partir das 10h, na sede da entidade, e disponibilizará serviços odontológicos gratuitos, como: avaliação preventiva e orientação de saúde bucal, higiene dental, entre outros. As crianças também poderão se divertir com brincadeiras e atividades de recreação.

“A iniciativa busca mostrar aos pequeninos a importância de se investir na saúde dentária no dia a dia a fim de prevenir problemas ao longo da vida. Peço que todos os vigilantes de base tragam os seus filhos e aproveitem os serviços oferecidos”, destaca o presidente do Sindicato, Amaro Pereira.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Barueri

## Vigilantes podem ter piso salarial único de R\$ 3 mil

O piso salarial nacional dos vigilantes pode passar a ser de R\$ 3 mil. Projeto de Lei do Senado (PLS) 230/2016, em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), cria o piso para a categoria e também inclui regras para o reajuste anual desses profissionais.

Apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a proposta define que o salário será reajustado anualmente com base em acordos coletivos ou pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), em caso de omissão por parte dos agentes organizadores dos acordos de trabalho.

De acordo com a Confederação Nacional dos Vigilantes, entidade que reúne cerca de 120 sindicatos e federações da categoria, hoje no Brasil existem aproximadamente 1 milhão de trabalhadores regularizados que atuam na

segurança privada.

Na justificativa do projeto, Paim ressaltou que o valor estabelecido atende às necessidades dos trabalhadores e que o risco que um vigilante corre durante o trabalho é o mesmo em qualquer parte do país.

— Não se mostra socialmente justo que um vigilante que trabalha numa instituição bancária no Norte ou Nordeste do país ganhe um salário inferior ao seu igual que trabalha na mesma instituição bancária na região Centro-Sul — explicou.

Na Comissão de Assuntos Sociais, a proposta será votada em decisão terminativa, sem a necessidade de ser analisada posteriormente em Plenário.

# TST garante adicional de periculosidade a vigias da Via Engenharia



A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Consórcio Torc – Via Engenharia ao pagamento de adicional de periculosidade a quatro trabalhadores contratados como vigias. Diferentemente de outras Turmas do TST, que entendem que só os vigilantes têm direito ao adicional, para a Segunda Turma o vigia também está exposto a violência física, porque sua atividade se destina também à proteção do patrimônio.

Os trabalhadores tiveram seus pedidos julgados improcedentes pela Vara do Trabalho de São Lourenço da Mata e pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE). Para o Regional, os vigias patrimoniais ou pessoais de estabelecimentos privados não se enquadram em nenhuma das hipóteses legais relativas ao adicional de periculosidade – o artigo 193 da CLT e o Anexo 3 da Norma Regulamentadora 16 do Ministério do Trabalho, que trata dos serviços de vigilância –, porque não trabalhavam em empresa de segurança nem como segurança privada.

No recurso ao TST, o grupo argumentou que a periculosidade se caracteriza pelo trabalho em condições de risco à integridade física, presentes na atividade de vigia.

O relator, ministro José Roberto Freire Pimenta, observou que, de acordo com o artigo 193, inciso II, da CLT, são consideradas atividades perigosas

aquelas que exponham o trabalhador a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial. Segundo ele, a finalidade da lei, que é a de compensar pecuniariamente e ao mesmo tempo desestimular a exposição da integridade física do trabalhador ao risco, não pode ser restringida aos vigilantes. “Ao contrário, deve ser estendida a toda e qualquer atividade em que o trabalhador corra risco”, afirmou.

O ministro destacou que a ausência da função de vigia no Anexo 3 da Norma Regulamentadora 16 do Ministério do Trabalho não a exclui do direito ao adicional, uma vez que o rol ali apresentado é apenas exemplificativo. “Entendo que mesmo na função de vigia, o empregado tem direito ao adicional quando fica exposto a violência física, sobretudo porque sua atividade se destina também à proteção do patrimônio, através de tarefas de fiscalização local, circunstância que o deixa igualmente sujeito a roubos e congêneres”. A ausência do uso de arma de fogo e de treinamento especializado, pontos adotados pelo TRT para diferenciar os vigias dos vigilantes, “só os deixam ainda mais vulnerável”, segundo Freire Pimenta.

**A decisão foi unânime.**

Fonte: TST

# PEC 241, que rompe pacto de 1988, é aprovada em primeiro turno na Câmara



Sessão no plenário se estendeu por mais de nove horas e Câmara “abre mão de uma prerrogativa sua”

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, considerada um dos pilares programáticos do governo Michel Temer e o maior golpe nos direitos sociais inscritos na Constituição de 1988, foi aprovada na noite desta segunda-feira (10) por 366 votos a favor, 111 contra e duas abstenções. O último requerimento de obstrução da oposição foi rejeitado às 19h50.

O projeto cria um teto de despesas primárias federais reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e, na prática, congela os gastos em saúde e educação por 20 anos. A PEC ainda precisa ser aprovada

em segundo turno na casa.

Diante do clima de tumulto que tomou conta do plenário em vários momentos, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ameaçou suspender a votação e adiá-la para a semana que vem. A oposição usou a tática de obstruir os trabalhos, mas o rolo compressor do governo derrubou todas as tentativas. Vozes em off, de deputados da base do governo, podiam ser ouvidas durante a sessão, mostrando o açodamento da votação. “Vamos votar, vamos votar, presidente”, diziam parlamentares a favor da PEC enquanto deputados da oposição ocupavam a tribuna.

Pela importância da votação para o governo, Temer exonerou ministros para assumirem a vaga de deputados e votar na sessão de hoje. Foram os casos de Marx Beltrão (Turismo), Bruno Araújo (Cidades) e Fernando Coelho Filho (Minas e Energia).

Em discurso na tribuna, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) disse que a Câmara está rompendo com o pacto instituído em 1988 com a promulgação da Constituição Federal em vigor. Antes, também da tribuna, o parlamentar afirmou que, ao votar “sim”, o parlamento renuncia a uma de suas principais atribuições, a de aprovar o orçamento anualmente.

“Vemos um parlamento impotente abrindo mão de uma prerrogativa sua. (Com a PEC) Temer diz que o parlamento não tem autoridade nem responsabilidade de fazer o orçamento público. Não é razoável que um tema de conjuntura seja colocado na Constituição Federal”, afirmou o comunista.

Segundo a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), a aprovação da PEC é a “segunda fase do golpe”. Jandira criticou o “espírito autoritário” que tomou conta no plenário a favor da PEC: “Eduardo Cunha baixou. Baixou o espírito autoritário geral”, disse a parlamentar.

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), conhecido por seu vínculo com o funcionalismo público, que votou pelo impeachment de Dilma Rousseff, votou contra a PEC e exortou os colegas a fazer o mesmo. “Não tenha medo de voar contra, saia do partido. O serviço público estará altamente prejudicado. Os que estão sendo conduzidos por essa jogada sórdida, votem abstenção, votem ‘não’ ou se ausentem. Se não puder votar ‘não’, se abstenha”, declarou.

Chico Alencar (Psol-RJ) afirmou que a proposta “devia se chamar PEC do Estado mínimo” e

que deputados defenderam abertamente a “liberação de cargos” em troca de votações do governo. Alessandro Molon (Rede-RJ) acusou o governo de estar cometendo “um crime” contra a população.

Clarissa Garotinho (PR-RJ) se manifestou contra a PEC afirmando que o projeto “é para dar dinheiro aos bancos”. Ela lembrou que a PEC 241 prevê que uma eventual revisão da PEC só poderá ser feita pelo presidente da República, depois de dez anos em vigor. “Isso é uma vergonha. Mesmo quando o Brasil estiver no azul, vai continuar (em vigor o congelamento das verbas de saúde e educação).”

Os deputados da base de Temer argumentaram o tempo todo que a proposta é a “PEC da responsabilidade”. “É a emenda do emprego, dos nossos eleitores, do povo da Bahia e do povo do Brasil”, chegou a dizer o deputado José Carlos Aleluia (DEM/BA).

O relator, Darcísio Perondi (PMDB-RS), prometeu: “Depois vai ter a reforma da Previdência”, e acrescentou: “Nós vamos ser aclamados nas ruas”.

Fonte: Rede Brasil Atual



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF